



Azaredo Lopes Presidente da Entidade Reguladora para a Comunicação Social

“Há uma proximidade perigosa entre Justiça e jornalistas”

Textos **ADRIANO NOBRE**
Foto **JORGE SIMÃO**

O mandato terminou em fevereiro, mas Azaredo Lopes ainda se mantém em funções como presidente da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC). Enquanto espera pela definição da Assembleia da República sobre a sucessão — e porque não pode ser reconduzido na medida em que se trata de um mandato único —, fez ao Expresso o primeiro balanço de um trajeto que começou com a “surpresa” de ser rotulado de “fascista”. Hoje, diz, “a regulação tornou-se um facto banal e isso é um elogio”.

■ **Que balanço faz ao mandato da ERC?**

■ Há elementos objetivos que permitem fazer uma avaliação positiva. Houve alterações de comportamentos, uma adaptação de um meio que inicialmente era muito resistente à ideia de regulação, mas que percebeu que a regulação não era hostil e que tinha também uma função garantística para o exercício das suas funções.

■ **O início da relação entre a ERC e o sector foi ‘barulhento’.**

■ Era um bocado inevitável, porque ao contrário de outros países onde há maior correção ou autorregulação na imprensa, aqui o regulador tem funções de regulação em questões editoriais da imprensa. E a imprensa reagiu em muitos casos de forma extremamente hostil. Falou-se em censura, apodaram-me de fascista, até que, ou por efeito do cansaço ou por efeito da regulação, se percebeu que era possível uma regulação que não enfraquecesse a liberdade de imprensa. Hoje tornou-se um facto banal e isso é um elogio.

■ **O presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Noronha do Nascimento, fez recentemente um retrato arrasador do nosso jornalismo. Reviu-se nalgumas críticas?**

■ O presidente do Supremo referiu-se a casos muito concretos e defendeu um regulador com poderes disciplinares sobre os jornalistas. Mas penso que há aí confusão: nenhum regulador pode ter poderes disciplinares sobre jornalistas. Não conheço nenhum caso na Europa.

■ **Não viu essa declaração como uma crítica à ERC?**

■ Não percebi a referência à falta de independência da ERC. Nós temos uma lógica quase sul-americana na avaliação

ESCUTAS: “DO PONTO DE VISTA DOS DIREITOS DAS PESSOAS E DA DECÊNCIA JORNALÍSTICA, TENHO DÚVIDAS SOBRE SE ESTE CAMINHO NÃO SERÁ EXCESSIVO”

da coisa pública. Somos profundamente normativistas e formalistas. Pensamos que a independência se decreta. Não conheço nenhum país que vá tão longe como Portugal nas incompatibilidades antes, depois e durante o ato de se ser membro da ERC. Mas essa ideia de que alguém não é independente por ser nomeado pela Assembleia da República leva-me a perguntar: então quem consegue garantir essa independência? A Ordem dos Jesuítas?

■ **Mas é inevitável que uma nomeação política dê azo a que se façam depois análises políticas das decisões do regulador dos media.**

■ Isso tem que ver com a incompetência das análises. Há uma regra que não tem exceção em países de tradição cívica mais atrasada: se uma decisão não agrada é porque está ao serviço do partido A ou B, se agrada não se diz nada porque o regulador não fez mais do que o seu dever. Se há coisa que me satisfaz é que conseguimos nalgum momento desagradar a toda a gente.

■ **As queixas de pressões do Governo sobre jornalistas foram todas arquivadas.**

■ Isso foi muito empolado e transformou-se numa questão puramente política. Gostava que os críticos viessem cá dizer o que é que a ERC não investigou e devia ter investigado. E pergunto: qual foi o resultado da comissão parlamentar de inquérito, que até tinha poderes judiciais? Há aqui um paradoxo.

■ **Noronha do Nascimento também criticou os jornalistas que se constituem assistentes de processos para acederem a informação. E o procurador-geral da República (PGR) diz que o segredo de justi-**

testemunha, e depois que cada um faça o seu juízo.

■ Uma deliberação dessas deveria ter consequências?

■ A classe jornalística é muito corporativa. Vale o princípio do “está calado porque depois pode sobrar para mim”. O mais significativo para mim é quando há silêncio e não quando há ruído.

■ A classe jornalística não se questiona?

■ Qualquer grupo profissional tem dificuldade em questionar os seus erros. Só que para os jornalistas a exigência é maior: então reivindicam o escrutínio sobre todas as classes e depois não são capazes de falar sobre as coisas da sua classe? Quando, como nesse caso de Edite Estrela, são acedidos e publicados comentários puramente de índole privada, e quando ainda por cima a jornalista diz que até sabia muito mais e quer vir à ERC dizer o que sabia — para ficar registado e depois poder ser consultado, é essa a minha convicção —, estamos a ir por um caminho excessivo do ponto de vista dos direitos das pessoas e da própria deontologia jornalística.

■ O que é que retira de todos estes processos sobre escutas?

■ A primeira coisa é um fenómeno social, e não apenas do jornalismo, para a banalização da utilização das escutas. Depois, outra questão: onde se escuta há registo e onde há registo há *fillet mignon* para algum tipo de jornalismo. Primeiro, invocando o interesse público, e depois, invocando o interesse do público. Algo tem de ser feito para que o que não interessa a um processo judicial não possa com esta facilidade aparecer escarrapachado na imprensa.

■ Nas escutas a Edite Estrela pode questionar-se o interesse público de opiniões pessoais. Mas em situações como o ‘Face Oculta’, com movimentações de pessoas próximas do governo para controlar meios de comunicação, não há de facto interesse público?

■ Nunca me ouviu comentar a legitimidade da publicação dessas escutas. E quando não comento criticamente é porque não vejo obstáculo a que haja divulgação ou porque entendo que pode caber ao órgão de comunicação uma margem para decidir. Mas há decisões da ERC que assumo com muita honra, nomeadamente sobre as escutas publicadas a propósito de Joaquim Oliveira: era puro voyeurismo e ajuste de contas. De qualquer forma, a minha tese é que, abrindo a caixa de Pandora, ela não se fecha mais. É preciso ter a noção disto.

■ Quem é que pode então definir esses limites sobre o interesse público? Ou a definição de limites é um mito?

■ Como dizia um juiz norte-americano, ninguém sabe definir o que é a pornografia, mas toda a gente sabe quando está a vê-la. Na definição do interesse público, o ónus está do lado do jornalista. Ele é que tem um dever reforçado de, em situações excepcionais, explicar porque é que há interesse público.

■ Sentiu-se confortável com a intenção do PSD de avaliar o desempenho da ERC antes da nomeação do próximo conselho regulador?

■ Porque é que não havia de sentir?

■ Em que é que ficou o processo?

■ Isso tem de perguntar ao PSD. Verifiquei apenas como interessante que mesmo de onde poderia esperar críticas, vi muitos elogios à ERC. É bom para o ego. Mas é bom sobretudo para um sentimento do dever cumprido.

■ Preocupa-o que existam mudanças no futuro do modelo de regulação?

■ Não. Eu não sou o pai da regulação: desempenho funções, e procurei desempenhá-las com o máximo de responsabilidade. É uma decisão que não me cabe, que tem processos de legitimação em que não tenho de intervir.

■ Já sabe quando é que sai?

■ Como já acabou o mandato em fevereiro, há duas hipóteses para sair: com efetiva substituição ou por decisão própria de cessar funções.

■ Admite bater com a porta?

■ Não admito nada. Digo apenas que há duas hipóteses.

abnobre@expresso.imprensa.pt

OUTROS ASSUNTOS

O FUTURO PÓS-ERC

“Ninguém me verá com a doença senil que vejo em alguns que após saírem de uma instituição ainda acham que lá estão”

SAÍDA DE GONÇALVES DA SILVA

“É evidentemente pessoa que não vou comentar. Quando não falo também defino a importância que dou aos assuntos”

POLÉMICAS COM JORNALISTAS

“Tentei bater a convicção de que um titular de cargo público tem de ser saco de pancada. Eu sou católico, mas não vejo porque hei de dar a outra face”

DECISÕES MARCANTES

“O quinto canal e a compra de parte da Media Capital pela Ongoing foram as decisões mais difíceis. Pela dificuldade técnica e responsabilidade da decisão. Foram duas boas e importantes decisões da ERC”

PRESSÕES SOBRE A ERC

“Já vi tantos heróis da liberdade de imprensa em Portugal que era o que faltava que eu fosse competir com eles. Exerci calmamente as minhas funções”

O “JORNAL DE SEXTA” DA TVI

“A ERC não assassinou o ‘Jornal de Sexta’ da TVI. Quem quis entender a deliberação como um assassinato, é problema deles”

“O momento da privatização da RTP pode ter efeitos nocivos em cascata”

■ É favorável à privatização da RTP?

■ Sempre me manifestei favorável a um serviço público de *media* sólido, acompanhando uma linhagem europeia que, indiscutivelmente, segue esse modelo. É ver o que é preconizado pelo Conselho da Europa nesta matéria. E mais importante me parece nos nossos dias, numa altura em que a grave crise económica tem também efeitos de erosão de certos valores sociais, culturais, identitários e de coesão nacional que é fundamental preservar. O Governo tomou a decisão de privatização de um serviço de programas da RTP — provavelmente a RTP1 — e de uma das rádios. Essa é uma opção do poder político, com uma legitimidade própria que não me cabe sindicá-la. O problema reside, agora, na definição do quando e do como da privatização.

■ Mas acha que a RTP tem cumprido o seu papel de serviço público?

■ Tem cumprido razoavelmente e nota-se uma correção significativa de trajetória desde 2002. Veja-se a marca positiva e de credibilidade que a RTP tem junto dos portugueses. A RTP ainda tem caminho para andar, é indiscutível. Mas seria injusto não destacar o que de bom tem sido feito, tanto na contenção dos custos ou na recuperação do passivo, como num entendimento mais sério e contratualizado daquilo que são as missões de serviço público. Do que se trata é de ser cada vez mais exigente e rigoroso, tanto na afetação de recursos públicos como na forma como se verifica a sua utilização.

■ Os relatórios da ERC nos últimos cinco anos permitem fazer uma análise taxativa sobre os méritos ou defeitos do serviço público prestado pela RTP?

■ Os relatórios da ERC são um instrumento fundamental para essas análises mas têm de ser lidos na íntegra, e não selecionando de forma arbitrária ou oportunista aquilo que nos interessa para demonstrar uma tese. Com cinco anos de análise, é possível dizer que há sinais evidentes que diferenciam a RTP dos operadores privados. Na diversidade, na transversalidade dos géneros de programas e no pluralismo. Mas defendo uma revisão do contrato de concessão e a adoção de um modelo de caderno de encargos mais preciso e exigente.

■ A privatização da RTP tem dividido os que defendem que o mercado publicitário não suporta um novo operador privado com mais 12 minutos de publicidade por hora (o que, dizem, esmagará os preços do mercado em todos os meios), e os

“OS OPERADORES PRIVADOS SERIAM EMPURRADOS PARA UMA CONCORRÊNCIA FERROZ: NÃO PARA GANHAREM DINHEIRO, MAS PARA SOBREVIVEREM”

que defendem que não faz sentido manter na esfera pública um canal como a RTP1, que concorre com os privados. Quem tem razão?

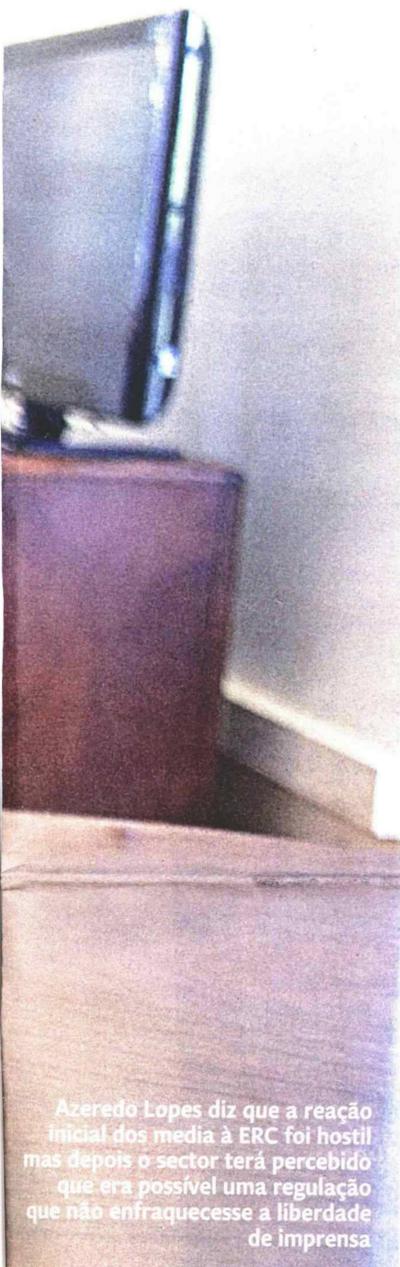
■ Não seriam mais 12 minutos, mas seis: é esse o diferencial entre a publicidade atual na RTP1 e a publicidade num canal privado. Mas a questão não se esgota aí. Há outros fatores. Com destaque para a concorrência feroz para a qual seriam empurrados todos os operadores privados, num momento muito difícil como o que atravessamos. E essa concorrência não seria para ganharem dinheiro, mas pura e simplesmente para sobreviverem. Mesmo por isso, a leitura do programa de Governo revela sensatez e pragmatismo: não coloca a questão da privatização de um canal da RTP como algo a realizar hoje, de supetão, mas num quadro temporal que permita a ponderação dos meios mais adequados. E tem também presente o impacto possível da decisão sobre o mercado publicitário e nos *media* em geral.

■ Os eventuais efeitos nocivos desta privatização podem ser atenuados se ela for consumada numa fase em que a economia do país estiver em alta?

■ O momento da privatização pode desencadear, ou não, efeitos muito nocivos e em cascata. Veria com grande preocupação a hipótese de privatização imediata. Primeiro, porque seria um inferno jurídico e prático. Depois, porque o sector está económica e financeiramente debilitado como nunca. O valor da publicidade está hoje, em termos reais, muito abaixo do de há dez anos. Os descontos em relação aos valores de tabela são assustadores. E os dados de que disponho de 2011, já posteriores ao primeiro trimestre, são péssimos. A entrada de um novo operador teria um impacto muito significativo. Em primeiro lugar, na televisão. Mas talvez até tenha consequências mais devastadoras na rádio e na imprensa. Com a diminuição do bolo publicitário, a televisão já faz concorrência direta a jusante, mesmo à imprensa regional ou local. Está em causa a própria liberdade de imprensa. No estado atual das coisas, com menos dinheiro, desaparece a independência. E, sem independência, não há verdadeira liberdade de imprensa.

■ Como tem visto o posicionamento informativo dos diferentes meios em relação a esta matéria, consoante os interesses dos respetivos grupos face à privatização, ou não, de um canal da RTP?

■ Definiram-se campos de uma forma muito óbvia. E a experiência de mais de cinco anos na regulação já permite com facilidade descodificar aparentes ‘notícias’. Que não o são.



Azaredo Lopes diz que a reação inicial dos media à ERC foi hostil mas depois o sector terá percebido que era possível uma regulação que não enfraquecesse a liberdade de imprensa

ça em Portugal é uma fraude. Concorda?

■ Se o PGR o disse, quem sou eu para o desmentir? A meu ver, o que há é uma proximidade perigosa, ou pelo menos discutível, entre agentes da comunicação social e agentes do poder judicial. Para alguém se constituir assistente é preciso que alguém o deixe fazer. E a ERC decidiu recentemente um caso muito paradigmático.

■ Refere-se às escutas a Edite Estrela publicadas pelo “Correio de Manhã”, em que a eurodeputada fazia considerações pessoais sobre outros eurodeputados numa conversa com Armando Vara?

■ Exatamente. É consultar as peças processuais, nomeadamente a audição de

“HÁ A IDEIA DE QUE QUEM É NOMEADO PELO PARLAMENTO NÃO É INDEPENDENTE. ENTÃO ÉRAMOS NOMEADOS POR QUEM? PELA ORDEM DOS JESUÍTAS?”